

Índice da Matéria

Apresentação à 50ª edição

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Parte I – Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa

Capítulo I – Procedimentos Especiais

§ 1º Generalidades

1. Introdução
2. Razão de ser dos procedimentos especiais
3. Casuísmo do Código
4. Técnicas de especialização procedimental
5. Complementação das regras procedimentais
6. Pressupostos dos procedimentos especiais
7. Erro na adoção do procedimento
8. Ações especiais suprimidas pelo novo CPC

Capítulo II – Ação de Consignação em Pagamento

§ 2º Os fundamentos do depósito em consignação

9. O direito de pagar
10. A liberação natural e a liberação forçada do devedor
11. A ação de consignação em pagamento
12. Histórico da consignação em pagamento

§ 3º O procedimento da consignação em pagamento

13. Natureza do instituto da consignação
14. Natureza processual da ação de consignação
15. Prestações passíveis de consignação
16. Cabimento da consignação
17. Liquidez da prestação devida
18. Consignação principal e incidental
19. Legitimação *ad causam*
20. Competência
21. Consignação no local em que se acha a coisa devida
22. Oportunidade da consignatória
23. Objeto da consignação
24. Obrigação de prestações periódicas
25. Limite temporal da admissibilidade do depósito das prestações periódicas
26. Quebra da sequência de depósitos periódicos
27. O procedimento especial da consignatória
28. Obrigações alternativas e obrigações genéricas
29. Valor da causa

30. Resposta do demandado
31. Comparecimento do credor para receber
32. Não comparecimento e revelia do demandado
33. Levantamento do depósito pelo devedor
34. Contestação
35. Matéria de defesa
36. Complementação do depósito insuficiente
37. Sentença
38. Consignação em caso de dúvida quanto à titularidade do crédito
39. Particularidades da consignação por dúvida
40. A posição dos possíveis credores
41. Resgate da enfiteuse
42. A consignação de aluguéis e outros encargos locatícios
43. A consignação de obrigação em dinheiro
44. Conflito entre consignação em pagamento e execução forçada

Capítulo III – Ação de exigir contas

§ 4º Generalidades

45. Introito
46. Objetivo da ação de exigir contas
47. Ação de dar e ação de exigir contas
48. A natureza da ação de exigir contas
49. Cabimento
50. Prestação de contas e prescrição
51. Legitimação e interesse
52. Prestação de contas dos administradores judiciais
53. Sociedade e prestação de contas
54. Ações matrimoniais e prestação de contas
55. Prestação de contas entre condôminos
56. Organização das contas
57. Prova das contas

§ 5º Procedimento da ação de exigir contas

58. Ação de exigir contas
59. Procedimento da primeira fase
60. Reconvenção
61. Decisão da primeira fase
62. Procedimento da segunda fase
63. Contas elaboradas pelo autor
64. Sucumbência

§ 6º Execução no procedimento de exigir contas

65. Sentença e execução

Capítulo IV – Ações Possessórias

§ 7º Generalidades

66. A posse e seus efeitos
67. A razão da tutela possessória

- 68. O instituto da posse e a paz social
- 69. O aspecto temporal da posse (fato duradouro e não transitório)
- 70. Natureza jurídica da posse
- 71. Requisitos da tutela possessória

- § 8º Os interditos possessórios de manutenção, reintegração e proibição
- 72. Origem dos interditos possessórios
- 73. As ações possessórias
- 74. Competência
- 75. Legitimação ativa
- 76. Legitimação passiva
- 77. Petição inicial
- 78. Procedimento: as ações de força nova e força velha
- 79. Invasões coletivas de imóvel
- 80. Medida liminar possessória
- 81. A decisão sobre a liminar
- 82. A sentença possessória
- 83. Posse de coisas e posse de direitos
- 84. O petitório e o possessório
- 85. A exceção de propriedade no juízo possessório
- 86. Esclarecimento de um equívoco histórico a propósito da *exceptio proprietatis* no direito luso-brasileiro
- 87. Natureza dúplice das ações possessórias
- 88. Liminar em favor do réu
- 89. Natureza real das ações possessórias
- 90. Natureza executiva do procedimento interdital
- 91. Cumulação de pedidos
- 92. Interdito proibitório

- § 9º Alguns incidentes registráveis nos interditos
- 93. Embargos de terceiro
- 94. Medida liminar e mandado de segurança
- 95. Embargos de retenção
- 96. Nomeação à autoria e denúncia da lide

Capítulo V – Ação de Divisão e da Demarcação de Terras Particulares

- § 10. Generalidades
- 97. Introdução
- 98. Conceito das ações especiais em análise
- 99. Cumulação de ação divisória com ação demarcatória
- 100. Temas novos
- 101. Divisão e demarcação consensuais
- 102. O georreferenciamento e a prova pericial
- 103. Sucumbência e honorários advocatícios

- § 11. Ação de demarcação
- 104. A ação de demarcação e seu procedimento. Petição inicial
- 105. Objeto da ação
- 106. Competência para as ações do juízo divisório

- 107. Legitimação ativa para o procedimento demarcatório
- 108. Legitimação ativa de condômino
- 109. Legitimação passiva
- 110. Citação do confinante demandado
- 111. Contestação
- 112. Prazo de contestação
- 113. Prova pericial
- 114.
A primeira sentença da ação demarcatória (encerramento da fase de accertamento ou cognição)
- 115. Procedimento executivo (segunda fase da ação)
- 116. A conclusão do procedimento demarcatório
- 117. Natureza e força das duas sentenças da ação demarcatória
- 118. Cumprimento da sentença em face dos confinantes

- § 12. Ação de divisão
- 119. Ação de divisão. Petição inicial
- 120. Objeto da ação
- 121. Objetivo da ação de divisão regulada pelo CPC
- 122. Competência
- 123. Legitimação ativa
- 124. Legitimação passiva
- 125. Procedimento. Citação
- 126. Contestação
- 127. Revelia
- 128. Prova pericial
- 129. Auto de divisão e sentença homologatória
- 130. Aplicação de regras da demarcatória à ação de divisão
- 131. A coisa julgada na ação de divisão
- 132. Cumprimento da sentença de divisão (execução forçada)
- 133. Terceiro prejudicado pela ação de divisão. Benfeitorias dentro da área dividenda
- 134. Usurpação de terrenos de vizinhos da área dividenda

Capítulo VI – Dissolução Parcial de Sociedade

- § 13. Da ação
- 135. Introito
- 136. Normas processuais atinentes à dissolução da sociedade
- 137. Objetivo
- 138. Legitimidade
- 139. Cabimento
- 140. Exclusão de sócio por quebra da “affectio societatis”
- 141. Competência
- 142. Procedimento
- 143. A resolução da sociedade
- 144. Apuração dos haveres
- 145. Critérios para apuração dos haveres
- 146. Execução da sentença
- 147. A dissolução parcial de sociedade anônima

Capítulo VII – Inventário e Partilha

§ 14. Disposições gerais

148. Introito

149. Caráter contencioso do inventário

150. Inventário e partilha por via administrativa

151.

Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre o inventário extrajudicial

152. Execução da partilha por via administrativa

153. Inventário negativo

154. Competência

155. Universalidade do foro sucessório

156. Questões solucionáveis no juízo sucessório

157. Administração da herança

158. O inventariante

159. Encargos do inventariante

160. Remoção do inventariante

161. Legitimação para promover o inventário

§ 15. Inventário judicial

162. Procedimento

163. Petição inicial

164. Primeiras declarações

165. Citações e interveniências

166. Impugnação dos citados

167. Herdeiro omitido nas declarações do inventariante

168. Avaliação

169. Últimas declarações

170. Cálculo do imposto *causa mortis*

171. Colações

172. Sonegados

173. Pagamento de dívidas do morto

§ 16. Partilha

174. Espécies de partilha

175. Partilha judicial. Deliberação

176. Esboço e lançamento da partilha

177. A sentença da partilha

178. O formal de partilha

179. Emenda ou retificação da partilha

180. Pacto de não partilhar

§ 17. Invalidação da partilha

181. Ação de anulação e ação rescisória de partilha

182. Conceituação de partilha judicial

183. Conceituação de partilha amigável

184. Casuísmo da rescisória de partilha

185. Ação de nulidade de partilha

186. Ação de petição de herança

§ 18. Arrolamento

- 187. Simplificação do inventário
- 188. Arrolamento sumário do art. 659
- 189. Arrolamento comum do art. 664
- 190. Lei nº 6.858, de 24.11.1980
- 191. Inventário administrativo

§ 19. Disposições comuns

- 192. Medidas cautelares
- 193. Sobrepartilha
- 194. Curatela especial ao herdeiro
- 195. Inventários cumulados
- 196. Honorários de advogado
- 197. Extinção do processo por paralisação da causa
- 198. Assistência judiciária
- 199. Terceiros prejudicados

Capítulo VIII – Embargos de Terceiro

§ 20. Generalidades

- 200. Conceito
- 201. Natureza jurídica
- 202. Requisitos
- 203. Ato judicial atacável
- 204. Penhora de bem alienado em fraude contra credores
- 205. Embargos a atos do juízo divisório
- 206. Embargos do credor com garantia real
- 207. Embargos e mandado de segurança

§ 21. Procedimento

- 208. Legitimação ativa
- 209. Legitimação ativa do prestador de garantia real a dívida de terceiro
- 210. Legitimação ativa de quem participou do processo primitivo
- 211. Legitimação passiva
- 212. Oportunidade
- 213. Competência
- 214. Procedimento
- 215. Sentença

Capítulo IX – Oposição

§ 22. A ação especial de oposição

- 216. Introdução
- 217. Conceito
- 218. Cabimento e extensão
- 219. Oportunidade da oposição
- 220. Conexão das causas
- 221. Competência
- 222. Procedimento
- 223. Julgamento da oposição

Capítulo X – Habilitação

- § 23. Procedimento da substituição da parte falecida
- 224. Conceito
- 225. Legitimidade para requerer a habilitação
- 226. Competência
- 227. Procedimento
- 228. Habilitação do adquirente e do cessionário
- 229. Efeito do deferimento da habilitação

Capítulo XI – Tipificação do Procedimento das Ações Pertinentes ao Direito de Família

- § 24. Ações de família
- 230. Introito
- 231. A entidade familiar
- 232. Tipificação
- 233. A mediação e a conciliação
- 234. A Resolução nº 125 do CNJ
- 235. Legitimação
- 236. Procedimento
- 237. Efeitos do termo final da mediação e conciliação

Capítulo XII – Ação Monitória

- § 25. Noção geral do procedimento monitorio
- 238. Introito
- 239. Necessidade de facilitar o acesso do credor ao título executivo
- 240. Em que consiste o procedimento monitorio
- 241. O procedimento monitorio brasileiro
- 242. A ação monitoria no Código Processual de 2015

- § 26. A ação monitoria no Código de Processo Civil brasileiro
- 243. Condições de admissibilidade da ação monitoria
- 244. Objeto
- 245. Competência
- 246. Legitimidade ativa
- 247. Legitimidade passiva
- 248. Prova
- 249. Procedimento
- 250. Embargos à ação monitoria
- 251. Processamento dos embargos monitorios
- 252. Coisa julgada
- 253. Ação rescisória contra a decisão que defere o mandado de pagamento
- 254. Uso indevido da ação monitoria

Capítulo XIII – Homologação do Penhor Legal

- § 27. Da ação
- 255. Introito
- 256. Penhor legal: efetivação e homologação

- 257. Natureza jurídica da medida processual
- 258. Procedimento
- 259. Sentença
- 260. Execução
- 261. Formalização extrajudicial da homologação do penhor legal

Capítulo XIV – Danos Ocorridos Durante a Navegação

- § 28. Regulação da avaria grossa
- 262. Introito
- 263. Conceito
- 264. A ação de regulação da avaria grossa no sistema brasileiro
- 265. Competência
- 266. Legitimidade
- 267. Procedimento
- 268. O Tribunal Marítimo

Capítulo XV – Restauração de Autos

- § 29. Procedimento para recuperar autos desaparecidos
- 269. Conceito
- 270. Objetivo do procedimento
- 271. Legitimidade
- 272. Competência
- 273. Procedimento
- 274. Julgamento da restauração
- 275. Autos extraviados no tribunal
- 276. Responsabilidade do causador do desaparecimento dos autos

Parte II – Procedimentos de Jurisdição Voluntária

Capítulo XVI – Jurisdição Voluntária

- § 30. Generalidades
- 277. Introito
- 278. Iniciativa do procedimento e participação dos interessados
- 279. Litigiosidade incidental
- 280. A função do juiz
- 281. Verbas sucumbenciais
- 282. Procedimentos

Capítulo XVII – Notificação e Interpelação

- § 31. Procedimento para notificar, interpelar
- 283. Conceito
- 284. Protesto de títulos pela via notarial
- 285. Protesto judicial
- 286. Notificação
- 287. Interpelação
- 288. Procedimento

- 289. Indeferimento do pedido
- 290. Defesa e contraprotesto
- 291. Encerramento do feito e destino dos autos

Capítulo XVIII – Alienações Judiciais

- § 32. Procedimento das alienações judiciais
- 292. Alienações judiciais
- 293. Alienações cautelares
- 294. Iniciativa da medida
- 295. Casos de alienação judicial expressos em lei
- 296. Leilão
- 297. Avaliação prévia
- 298. Publicidade
- 299. Arrematação
- 300. Destino do produto da alienação
- 301. Outros bens alienáveis judicialmente
- 302. Bens indivisíveis em inventário e partilha
- 303. Bens de crianças, adolescentes, órfãos e interditos
- 304. Alienação forçada de bem indivisível como forma de extinção de condomínio
- 305. Alienação de quinhão em coisa comum de forma irregular
- 306. Alienação irregular do quinhão de bem comum indivisível em execução
- 307. Alienação irregular de quinhão do bem comum indivisível em negociação particular

Capítulo XIX – Divórcio e Separação Consensuais, Extinção Consensual de União Estável e Alteração do Regime de Bens do Matrimônio

- § 33. Procedimento do divórcio, da separação e da homologação da extinção de união estável consensuais
- 308. Noções introdutórias
- 309. A dissolução da sociedade conjugal após a EC nº 66/2010
- 310. Natureza jurídica
- 311. Requisitos
- 312. Legitimação
- 313. Competência
- 314. Petição inicial
- 315. Procedimento
- 316. Sentença de homologação
- 317. Reconciliação do casal
- 318. Revisão e rescisão do acordo de separação, divórcio ou extinção de união estável
- 319. Separação, divórcio e extinção de união estável por via administrativa
- 320. Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre separação e divórcio consensuais
- 321. Execução do acordo de separação, divórcio ou extinção de união estável ajustado por escritura pública
- 322. Alteração do regime de bens do casamento

Capítulo XX – Testamentos e Codicilos

- § 34. Procedimento da apresentação dos testamentos em juízo

- 323. Introito
- 324. Objetivo do procedimento
- 325. Competência
- 326. Procedimento
- 327. Sentença
- 328. Efeitos
- 329. Testamento cerrado
- 330. Testamento público
- 331. Testamento particular
- 332. Procedimento
- 333. Codicilos e testamentos marítimo, aeronáutico, militar e nuncupativo

Capítulo XXI – Herança Jacente

- § 35. Procedimento da arrecadação de herança jacente
- 334. Conceito moderno de jacência da herança
- 335. Competência
- 336. Legitimação
- 337. Procedimento
- 338. A administração da herança jacente
- 339. Habilitação
- 340. Declaração de vacância

Capítulo XXII – Bens dos Ausentes

- § 36. Procedimento da arrecadação de bens dos ausentes
- 341. Ausência
- 342. Pressupostos
- 343. Competência
- 344. Fases do procedimento
- 345. Procedimento da primeira fase
- 346. Procedimento da sucessão provisória
- 347. Conversão da sucessão provisória em definitiva

Capítulo XXIII – Coisas Vagas

- § 37. Procedimento da arrecadação das coisas vagas
- 348. Conceito
- 349. Legitimação
- 350. Competência
- 351. Cabimento
- 352. Procedimento

Capítulo XXIV – Interdição

- § 38. O instituto da curatela
- 353. Introito
- 354. Questões relevantes sobre a interdição

355. Disposições da Lei nº 13.146/2015 que impactam no procedimento fixado nos arts. 747 e seguintes do NCPC

§ 39. O procedimento da interdição

356. Natureza jurídica da interdição

357. Competência

358. Legitimidade

359. Petição inicial

360. Procedimento

361. Sentença

362. Eficácia da sentença sobre atos do interditando

363. Rescisória

364. Levantamento da interdição

365. Investidura dos curadores

366. Remoção de curador

§ 40. A tomada de decisão apoiada

367. A nova medida protetiva de pessoas em situação de vulnerabilidade

368. Procedimento

Capítulo XXV – Disposições Comuns à Tutela e à Curatela

§ 41. Generalidades

369. Introito

370. Disposições comuns à nomeação de tutor e curador

Capítulo XXVI – Organização e Fiscalização das Fundações

§ 42. Procedimento da organização e fiscalização das fundações

371. Conceito de fundação

372. Procedimento da instituição da fundação

373. Estatutos confiados à elaboração de terceiro

374. Alteração do estatuto

375. Extinção da fundação

Capítulo XXVII – Ratificação dos Protestos Marítimos e dos Processos Testemunháveis Formados a Bordo

§ 43. Procedimento

376. Introito

377. Conceito

378. Objetivo

379. Procedimento

Parte III – A Arbitragem no Direito Brasileiro

Capítulo XXVIII – O Juízo Arbitral

§ 44. Procedimento da arbitragem

380. O juízo arbitral no direito brasileiro

381. Disposições gerais

- 382. Convenção de arbitragem
- 383. Cláusula compromissória
- 384. Requisitos da cláusula compromissória
- 385. Execução da cláusula compromissória
- 386. Cláusula “cheia” e cláusula “vazia”
- 387. Direito intertemporal
- 388. Autonomia da cláusula compromissória
- 389. Compromisso arbitral
- 390. Extinção do compromisso arbitral
- 391. Os árbitros
- 392. O procedimento
- 393. Tutelas cautelares e de urgência
- 394. Carta arbitral
- 395. Sentença arbitral
- 396. Requisitos da sentença arbitral
- 397. Recursos
- 398. Nulidade da sentença arbitral
- 399. Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras
- 400. Natureza jurídica do novo juízo arbitral brasileiro
- 401. Visão comparatística da evolução do papel da arbitragem na composição de conflitos
- 402. Coexistência de arbitragem e execução judicial de título executivo negocial
- 403. Alegação em juízo de convenção de arbitragem

Parte IV – Juizado Especial Civil

Capítulo XXIX – As Pequenas Causas e o Acesso à Justiça

- § 45. Juizado Especial Civil ou Juizado de Pequenas Causas
- 404. Introito
- 405. Juizado Especial ou Juizado de Pequenas Causas?
- 406. Criação do Juizado Especial
- 407. Princípios informativos
- 408. Princípio da oralidade
- 409. Outros critérios informativos do procedimento do Juizado Especial
- 410. Conciliação
- 411. A facultatividade do Juizado Especial
- 412. O Juizado Especial Civil
- 413. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil
- 414. O Juizado Especial Civil e o Novo Código de Processo Civil
- 415. O Juizado Especial e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas

- § 46. O órgão judicante: competência e composição
- 416. Competência
- 417. Foro competente
- 418. Conflito de competência
- 419. Competência para execução forçada
- 420. Limitações à competência
- 421. O órgão judicante
- 422. Distribuição de funções: tarefa do juiz
- 423. Tarefa do juiz leigo e dos conciliadores

- 424. O juízo arbitral
- § 47. Partes
- 425. Legitimação *ad causam*
- 426. Legitimação *ad processum*
- 427. Litisconsórcio e intervenção de terceiros
- 428. Intervenção do Ministério Público
- § 48. Os atos processuais e o procedimento
- 429. Os atos processuais e sua forma
- 430. O procedimento
- 431. A propositura da ação
- 432. Citações e intimações
- 433. Requisitos da citação
- 434. Intimações
- 435. A audiência de conciliação, instrução e julgamento
- 436. A resposta do réu
- 437. As provas
- § 49. A sentença e os recursos
- 438. A sentença
- 439. Recursos
- 440. Mandado de segurança
- 441. Uniformização de jurisprudência
- 442. Extinção do processo
- § 50. Execução e disposições especiais
- 443. Execução forçada
- 444. As despesas processuais no Juizado Especial Civil
- 445. Curadorias e assistência judiciária
- 446. Acordos extrajudiciais
- 447. Ação rescisória
- 448. Disposições finais sobre a organização dos Juizados Especiais

Capítulo XXX – O Juizado Especial Federal

- § 51. As pequenas causas na Justiça Federal
- 449. A instituição do Juizado Especial Federal
- 450. Disciplina legal
- 451. Princípios informativos
- 452. Competência absoluta
- 453. Conflito de competência
- § 52. Órgão julgante
- 454. Composição do órgão julgante
- 455. Sessão de conciliação
- 456. Competência
- 457. Conflito de competência
- 458. Causas de competência dos Juizados Especiais Federais
- § 53. Partes

- 459. Legitimação
- 460. Intervenção de terceiros e litisconsórcio
- 461. Ministério Público
- 462. *Jus postulandi* e representação das partes

- § 54. Atos processuais e procedimento
- 463. Princípios
- 464. Atos de comunicação processual
- 465. Uso de meios eletrônicos
- 466. Prazos
- 467. Petição inicial
- 468. Resposta
- 469. Exceções
- 470. Sessão de conciliação
- 471. Instrução probatória
- 472. A sentença e as máximas de experiência
- 473. Reexame necessário

- § 55. Sistema Recursal
- 474. Recursos no Juizado Especial
- 475. Recurso especial e recurso extraordinário
- 476. Incidente de uniformização de jurisprudência

- § 56. Execução e medidas preventivas
- 477. Execução
- 478. Medidas cautelares
- 479. Antecipação de tutela

Capítulo XXXI – Os Juizados Especiais da Fazenda Pública

- § 57.
As pequenas causas da Fazenda Pública no âmbito dos estados, distrito federal, territórios e municípios
- 480. A instituição dos Juizados Especiais da Fazenda Pública
- 481. Disciplina legal
- 482. Competência absoluta

- § 58. Órgão julgante
- 483. Composição do órgão julgante
- 484. Competência

- § 59. Partes
- 485. Legitimação
- 486. Ministério Público
- 487. Representação das partes

- § 60. Atos processuais e procedimento
- 488. Atos de comunicação processual e prazos
- 489. Petição inicial, citação e resposta
- 490. Audiência de conciliação
- 491. Instrução probatória
- 492. Sentença e recurso de ofício

493. Tutela de urgência (medidas cautelares e antecipatórias)

§ 61. Sistema recursal

494. Recursos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública

495. Uniformização de jurisprudência

496. Causas repetitivas

497. Medidas de urgência

§ 62. Sistema de execução de sentença nos Juizados Especiais da Fazenda Pública

498. Cumprimento da sentença

499. Obrigações de fazer, não fazer ou de entrega de coisa

500. Obrigações de quantia certa

Parte V – Alguns Procedimentos Especiais Disciplinados Fora do Código de Processo Civil

Capítulo XXXII – Ações Constitucionais

§ 63. A Constituição e o processo

501. O direito processual constitucional

502. Os fundamentos do direito processual constitucional

§ 64. Mandado de segurança

503. Conceito

504. Natureza da ação

505. Legitimação ativa

506. Legitimação passiva

507. Pessoas equiparadas às autoridades, para fins de mandado de segurança

508. Ato de autoridade judicial

509. Ato sujeito a recurso administrativo

510. Litisconsórcio

511. Assistência

512. Pressuposto especial do mandado de segurança: direito líquido e certo

513. Procedimento

514. Instrução por meio de documentos ainda não obtidos pelo impetrante

515. Liminar

516. Suspensão da segurança

517. Prazo decadencial para impetrar o mandado de segurança

518. Competência

519. Desistência do mandado de segurança

520. Sentença e coisa julgada

521. Inovações processuais da Lei nº 12.016, de 07.08.2009

§ 65. Mandado de segurança coletivo

522. Conceito

523. Direitos coletivos e direitos difusos

524. Legitimação ativa

525. Legitimação passiva

526. Procedimento e competência

527. Liminar

§ 66. Mandado de injunção

528. Conceito

529. Objeto

530. Pressupostos

531. Legitimação

532. Competência

533. Procedimento

§ 67. *Habeas Data*

534. Conceito

535. Natureza jurídica

536. Legitimidade e interesse

537. Objeto do *habeas data*

538. Competência

539. Procedimento

540. Cumprimento da sentença

541. Coisa julgada

§ 68. Ação popular

542. Conceito

543. Requisitos

544. Atos atacáveis pela ação popular

545. Legitimação

546. Procedimento

547. Sentença

548. Coisa julgada

549. Execução

550. Prescrição

Capítulo XXXIII – Ações Coletivas

§ 69. Ação civil pública e outras ações coletivas

551. Histórico

552. Direito material coletivo e direito processual coletivo

553. Configuração dos direitos materiais tuteláveis pela ação civil pública

554. Objeto da ação civil pública

555. Ações coletivas possíveis após o CDC

556. Legitimação

557. Ação coletiva por meio de associação

558. Ações coletivas promovidas por sindicatos

559. O Ministério Público e a tutela coletiva dos direitos individuais homogêneos

560. Inquérito civil

561. Competência

562. Procedimento

563. Liminar

564. Coisa julgada

565. Execução

566. Execução coletiva por meio de sindicato ou associação

Capítulo XXXIV – Ações Locatícias

§ 70. Generalidades

- 567. Dos procedimentos e suas disposições gerais
- 568. Tramitação durante as férias forenses
- 569. Competência do *forum rei sitae*
- 570. Valor da causa
- 571. Atos de comunicação processual
- 572. Ausência de efeito suspensivo da apelação nas ações locatícias

§ 71. Ação de despejo

- 573. Natureza
- 574. A força executiva do procedimento
- 575. A liminar na ação de despejo
- 576. Legitimação
- 577. Documentação da petição inicial
- 578. Concordância do locatário com a pretensão do locador
- 579. Denúncia vazia
- 580. Denúncia cheia

§ 72. Ação de despejo por falta de pagamento

- 581. Cabimento
- 582. Consequência da cumulação de pedidos
- 583. Purga da mora
- 584. Reiteração abusiva da purga da mora
- 585. Purga da mora e contestação

§ 73. Execução da sentença de despejo

- 586. Desocupação voluntária
- 587. Execução forçada
- 588. Execução em caso de despejo cumulado com cobrança de aluguel
- 589. Execução provisória e caução
- 590. Abandono do imóvel pelo locatário

§ 74. Ação de consignação de aluguel e acessórios da locação

- 591. Cabimento
- 592. Legitimação
- 593. Pressupostos
- 594. Procedimento
- 595. Petição inicial
- 596. Depósito judicial
- 597. Prestações vincendas
- 598. Revelia
- 599. Contestação
- 600. Reconvenção
- 601. Complementação do depósito após a contestação
- 602. Levantamento do depósito

§ 75 Ação revisional de aluguel

- 603. Cabimento

- 604. Natureza
- 605. Legitimação
- 606. Procedimento
- 607. Petição inicial
- 608. Aluguel provisório
- 609. Contestação
- 610. Sentença
- 611. Verbas de sucumbência
- 612. Execução de sentença
- 613. Acordo de desocupação

- § 76. Ação renovatória
- 614. Cabimento
- 615. Natureza jurídica
- 616. Legitimação
- 617. Procedimento
- 618. Petição inicial
- 619. A defesa do locador
- 620. Defesa baseada na ausência dos pressupostos legais
- 621. Defesa baseada no valor real da locação
- 622. Defesa baseada em melhor proposta de terceiro
- 623. Retomada para construção ou reconstrução
- 624. Retomada para uso próprio
- 625. Aluguel provisório
- 626. Sentença
- 627. Sentença de retomada
- 628. Execução de sentença
- 629. Indenização de perdas e danos

*Capítulo XXXV – Ações Decorrentes de Leasing
e Alienação Fiduciária*

- § 77. Alienação fiduciária em garantia
- 630. Introdução
- 631. Remédios processuais utilizáveis pelo credor fiduciário (coisas móveis)
- 632. Busca e apreensão
- 633. Legitimação ativa para a ação de busca e apreensão
- 634. Ação de depósito
- 635. Ação de execução
- 636. Execução da alienação fiduciária de bem imóvel

- § 78. Arrendamento mercantil (*leasing*)
- 637. Noção de arrendamento mercantil
- 638. Ações decorrentes do *leasing*
- 639. Aspecto tributário

Bibliografia

Índice Onomástico

Índice Alfabético de Assuntos

Índice dos Fluxogramas